

A reta final?

Daniel Aarão Reis¹

1 Daniel Aarão Reis. Professor titular de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense e pesquisador 1 A do CNPq. É autor, entre outros livros, de: A revolução faltou ao encontro; 1968, a paixão de uma utopia; Ditadura e democracia no Brasil; Luis Carlos Prestes, um revolucionário entre dois mundos e A revolução que mudou o mundo/Rússia, 1917. Áreas de especialização: a história das revoluções russas e do socialismo soviético; a história da ditadura e das esquerdas brasileiras no pós-1964; a reemergência das propostas autoritárias no século XXI. Daniel Aarão Reis. Universidade Federal Fluminense, professor titular de história contemporânea e Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Instituto de Artes. Professor visitante. E-mail: daniel.aaraoreis@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5545617046802074>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0562-8940>.

Estamos na reta final, muitos argumentam, pensando no dia 30 de outubro próximo.

Trata-se, sem dúvida, de um dia decisivo, quando a sociedade brasileira será chamada a decidir se quer ou não continuar com o tempo de horrores que tem sido proporcionado ao país pelas alianças políticas e partidárias que assumiram o poder desde janeiro de 2019.

É certo que o atual presidente é um mal em si mesmo, mas ele é sobretudo a expressão brasileira de um processo social e histórico que tem âmbito mundial, suscitado por uma revolução científico-tecnológica que tem subvertido em profundidade – e numa velocidade vertiginosa – todas as dimensões da vida social, envolvendo a economia, a política, a cultura, fazendo com que “tudo que é sólido se desmanche no ar”.

Este processo tem provocado, conforme demonstrou Thomas Piketty, uma concentração demencial da riqueza, aprofundando dramaticamente as desigualdades sociais e favorecendo os grandes monopólios numa escala ainda desconhecida nos marcos da história do capitalismo. Tudo isto tem gerado nas gentes desconforto, angústia, desespero, desamparo.

As forças democráticas não têm sido capazes de oferecer soluções para estes problemas, ao contrário, uma vez no poder, conciliam com as tendências monopolistas e o crescimento das desigualdades sociais, com a limitação dos direitos sociais, culturais e ecológicos, dificultado ou impedindo a “democratização da democracia”, ou seja, sua extensão às vastas camadas populares, contribuindo, assim, mesmo que involuntariamente, para o descrédito das instituições e para a naturalização das desigualdades e da violência.

Fortalecem-se, em consequência, lideranças políticas e propostas religiosas messiânicas, autoritárias, que adquirem dimensão popular e se espalham pelo mundo. Entre outras, destacam-se o trumpismo articulado com as religiões neopentecostais nos Estados Unidos; as tendências autocráticas de V. Putin em comunhão com a Igreja Ortodoxa na Rússia; a democracia iliberal de V. Orbán, e os apelos de um cristianismo integrista na Hungria; a ditadura mal disfarçada de R. Erdogan na Turquia, aliada a correntes fundamentalistas islâmicas; o despotismo político na China, confirmado agora pela investidura ditatorial de Xi Jinping; o racismo institucional de N. Modi na Índia apoiado no integrismo hinduísta; a ditadura teocrática no Irã, chefiada por A. Khamenei. Todas estas múltiplas formas de autoritarismo político,

muito diferentes entre si, têm um ponto central em comum: consagram o desprezo pela democracia e pelos valores democráticos. Como nos anos anteriores à II Guerra Mundial, o autoritarismo já não se disfarça, afirma-se abertamente e sem complexos.

Jair Bolsonaro e suas articulações religiosas com o neopentecostalismo exprimem, no Brasil, a reemergência de propostas autoritárias com base popular. Adquiriram força social e política graças à erosão do prestígio da mal chamada “nova república”. Cavalgam na descrença dos valores democráticos. Farão tudo para impedir a posse de Lula e para infernizar o seu governo.

A campanha de Lula, ampliando alianças, consideradas indispensáveis para vencer o inimigo comum do regime democrático, pecou pela falta de propostas claras de como pretende governar. É certo que, premido pelas circunstâncias e por pressões diversas, esclareceu alguns pontos programáticos no contexto do segundo turno. Mas subsistem ainda muitas dúvidas e incertezas quanto ao rumo e ao sentido de seu governo.

Ora, uma vez eleito presidente da República, Lula terá que formular opções. Não terá pela frente uma conjuntura internacional e nacional favorável como nos seus dois primeiros mandatos.

O mundo de hoje, vinte anos depois, transformou-se num cenário marcado por uma instável multipolaridade. Na Ucrânia, desenvolve-se uma guerra de resultados ainda incertos, com promessas de radicalização. Outros conflitos anunciam-se na Ásia e no Oriente Médio. Afirma-se igualmente a possibilidade de uma nova crise econômica de âmbito mundial, com redução de crescimento e mesmo recessão em vários países.

No plano nacional, Lula será pressionado por uma extrema-direita raivosa, pela avidez tradicional do capital financeiro e pelos interesses de suas bases populares. Tentará equilibrar-se no seu estilo habitual de mestre em negociar e arbitrar conflitos, mas é duvidoso que estas habilidades serão suficientes para manter sob controle as tensões e contradições sociais emergentes.

Neste quadro é uma ilusão imaginar que estamos numa “reta final”. Parodiando W. Churchill, a provável vitória de Lula não será o começo do fim, mas apenas o fim do começo.

As ameaças da extrema-direita bolsonarista só serão superadas se a democracia for ampliada e aprofundada em nosso país. Se a renda for efetivamente distribuída. O racismo, combatido com firmeza. A tutela militar, afastada. A segurança provida, não apenas para as classes médias e as elites, mas para todo o povo. As polícias, desmilitarizadas. A devastação ambiental, erradicada. A educação e a saúde públicas, garantidas e aperfeiçoadas. A corrupção com os dinheiros públicos, controlada.

Será virtualmente impossível alcançar estes objetivos apenas através da ação do Estado e de líderes carismáticos. Será imprescindível a mobilização e a auto-organização das gentes.

Vivemos e viveremos ainda tempos sombrios. À espera, espreitam-nos grandes desafios. Decifrá-los e enfrentá-los será tarefa de uma geração.

Artigo recebido em 4 de novembro de 2022 e aceito em 23 de novembro de 2022.

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons

